

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO****EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Nº 13/2017 - UASG 154044**

Nº Processo: 23107027511201732. Objeto: Atender despesas com serviços de correios para atender as necessidades da UFAC (Eng. Floresta) Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 25º, Inciso I da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Justificativa: Os serviços postal é regido pela Lei nº 6538/78; Decreto Lei 509/69; Lei 8666/93, com fulcro no art. 25, inc. I Declaração de Inexigibilidade em 27/12/2017. AUTON PERES DE FARIAS FILHO. Pró-reitor de Administração. Ratificação em 27/12/2017. MARGARIDA DE AQUINO CUNHA. Reitora em Exercício. Valor Global: R\$ 25.000,00. CNPJ CONTRATADA : 34.028.316/7709-95 EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS.

(SIDECA - 27/12/2017) 154044-15261-2017NE800054

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL
DO AMAPÁ****EXTRATO DE CONTRATO Nº 16/2017 - UASG 154215**

Nº Processo: 23125005402201584. DISPENSA Nº 25/2017. Contratante: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ. CNPJ Contratado: 97548482000150. Contratado: KLIMA REFRIGERAÇÃO LTDA - EPP. Objeto: Manutenção em equipamentos de refrigeração. Fundamento Legal: Lei 8666/93. Vigência: 14/12/2017 a 31/12/2018. Valor Total: R\$778.134,72. Fonte: 112000000 - 2017NE800520. Data de Assinatura: 14/12/2017.

(SICON - 27/12/2017) 154215-15278-2017NE800013

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2017 - UASG 154215

Número do Contrato: 26/2016. Nº Processo: 23125032664201601. DISPENSA Nº 32/2016. Contratante: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ. CNPJ Contratado: 05463366000110. Contratado: FUNDAÇÃO AJURI DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA UNIVERSID. Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do contrato por mais 90 (noventa) dias a contar de 01 de janeiro de 2018. Fundamento Legal: Lei 8333/93 e demais alterações. Vigência: 01/01/2018 a 01/04/2018. Data de Assinatura: 15/12/2017.

(SICON - 27/12/2017) 154215-15278-2017NE800013

PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS**EDITAL Nº 18, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017**

A Pró-Reitoria de Ensino de graduação (PROGRAD) da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) torna pública a realização de Processo Seletivo Simplificado, composto de provas e títulos, para seleção de 44 (quarenta e quatro) Professores Substitutos para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público de que trata o inciso IX do art. 37 da Constituição Federal de 1988; e disposições da Lei Federal nº 8.745/1993; Lei Federal nº 9.784/1999; Decreto nº 6.593/2008 e Decreto nº 7.485/2011, observadas ainda as normas contidas neste Edital e em seus anexos.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O Processo Seletivo Simplificado será executado pela Comissão de Operacionalização do Processo Seletivo (COPS) e pelo Departamento de Processos Seletivos e Concursos da Universidade Federal do Amapá e objetiva a seleção de 44 (quarenta e quatro) Professores Substitutos, conforme código de vaga descrita no Anexo I deste edital.

1.2 A contratação dos aprovados no presente processo seletivo ficará a cargo da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas que publicará edital próprio para convocação dos aprovados após a homologação do Resultado final.

1.3 A contratação dos candidatos aprovados no presente processo seletivo é para o ano letivo de 2018.

1.4 O Contrato a ser assinado entre a UNIFAP e o candidato aprovado terá duração de no mínimo 6 (seis) meses, podendo ser renovado, considerados critérios de conveniência e oportunidade da UNIFAP, até o limite de dois anos.

1.5 Haverá reserva de vagas para pessoas com deficiência de, no mínimo, 5% e de, no máximo, 20% das vagas, por áreas/especialidades/campus, desde que estejam previstas cinco ou mais vagas. No caso de um determinado cargo prever menos de cinco vagas, no eventual surgimento de uma quinta vaga, esta será reservada à pessoa com deficiência.

1.6 Haverá reserva de vagas para os negros, de 20% das vagas por especialidade, desde que estejam previstas três ou mais vagas. Caso determinada especialidade preveja menos de três vagas, no eventual surgimento de uma terceira vaga, esta será reservada ao candidato negro.

1.7 Nos termos do art. 9º da Lei nº 8.745/93, o professor contratado como substituto por tempo determinado, a partir da aprovação no presente processo seletivo, não poderá receber atribuições, funções ou encargos não previstos no respectivo contrato; não poderá ser nomeado ou designado, ainda que a título precário ou em substituição, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança; e não poderá ser novamente contratado antes de decorridos vinte e quatro meses do encerramento de seu contrato anterior.

1.8 A seleção dos candidatos será realizada por Bancas Examinadoras sugeridas pelos Colegiados de Curso, designadas pela Pró-Reitora de Graduação, com competências correspondentes às áreas de conhecimento relacionadas no presente Edital (Anexo I), mediante prova didática, de caráter eliminatório e classificatório; e prova de títulos, de caráter classificatório.

1.9 Os perfis descritos no Anexo I são de exclusiva responsabilidade dos respectivos Colegiados de Cursos.

1.10 A titulação mínima a ser exigida para realização do presente Processo Seletivo será conforme as áreas especificadas no Anexo I deste Edital.

1.13 A remuneração bruta para o regime de trabalho de 20 horas e de 40 horas, para a função de Professor Substituto é composta por:

| REGIME DE TRABALHO 20 HORAS | | | |
|-----------------------------|-------------------|----------|-------------|
| Titulação | Vencimento básico | R.T* | Valor total |
| Doutorado | 2.236,29 | 1.068,78 | 3.305,07 |
| Mestrado | 2.236,29 | 531,73 | 2.768,02 |
| Especialização | 2.236,29 | 171,79 | 2.408,08 |

(*) R.T. - Retribuição por Titulação.

| REGIME DE TRABALHO 40 HORAS | | | |
|-----------------------------|-------------------|----------|-------------|
| Titulação | Vencimento básico | R.T* | Valor total |
| Doutorado | 3.117,22 | 2.580,39 | 5.697,61 |
| Mestrado | 3.117,22 | 1.091,90 | 4.209,12 |
| Especialização | 3.117,22 | 410,67 | 3.527,89 |

(*) R.T. - Retribuição por Titulação.

1.14 A remuneração será a prevista neste Edital. O candidato aprovado no processo seletivo não fará jus à progressão funcional nem a retribuição por titulação decorrente de obtenção de titulação posterior a contratação do candidato.

2. DAS INSCRIÇÕES

2.1 Poderão inscrever-se candidatos para exercer a função de Professor Substituto, que atendam aos requisitos do Anexo I deste Edital.

2.2 Os diplomas de graduação e os diplomas ou certificados de pós-graduação deverão ser de cursos reconhecidos e/ou credenciados pelo MEC ou pelo Sistema Nacional de Pós-Graduação, conforme o caso, nos termos da legislação vigente, e quando expedidos por instituições de ensino estrangeiras, deverão estar devidamente revalidados por universidades públicas brasileiras, nos termos do § 2º, do art. 48, da Lei nº 9.394, de 1996, e na Resolução CNE/CES nº 1, de 28 de janeiro de 2002, e na Resolução CNE/CES nº 8, de 4 de outubro de 2007, publicada no DOU de 5/10/2007, Seção 1, p. 49-50. Somente serão admitidos diplomas de conclusão de cursos de pós-graduação stricto sensu (mestrado e/ou doutorado) obtidos de instituições de ensino superior estrangeiras se devidamente reconhecidos e registrados por universidades brasileiras que possuam cursos de pós-graduação reconhecidos e avaliados na mesma área de conhecimento e em nível equivalente ou superior ou em área afim, nos termos do § 3º, do art. 48, da Lei nº 9.394, de 1996, art. 4º da Resolução CNE/CES nº 1, de 3 de abril de 2001, e art. 7º da Resolução CNE/CES nº 3, de 1º de fevereiro de 2011.

2.3 A inscrição do candidato implicará em conhecimento e aceitação das normas contidas neste Edital, em seus Anexos, na legislação aplicável e nos comunicados a serem publicados no endereço eletrônico www.unifap.br/depsec, dos quais não poderá alegar desconhecimento.

2.4 As inscrições para o Processo Seletivo deverão ser realizadas via internet, no endereço eletrônico www.unifap.br/depsec, a partir das 9h do dia 26 de dezembro de 2017 até as 12h do dia 19 de janeiro de 2018, observando o horário local de Macapá.

2.5 Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá certificar-se de que preencheu todos os requisitos exigidos neste Edital, sendo de sua inteira responsabilidade qualquer prejuízo advindo de sua inobservância.

2.6 O candidato deverá preencher o formulário de solicitação de inscrição, disponível no endereço eletrônico www.unifap.br/depsec, seguindo suas orientações.

2.7 Para efetuar a inscrição, é necessário o número de Cadastro de Pessoa Física (CPF) do candidato.

2.8 Ao preencher o formulário de inscrição, o candidato indicará obrigatoriamente a vaga para a qual concorrerá. Cada candidato poderá concorrer apenas a uma vaga.

2.9 Durante o período de inscrições, será permitido ao candidato cancelar sua inscrição através do acompanhamento eletrônico e cadastrar-se novamente, antes do encerramento do prazo de inscrições, selecionando outro cargo e/ou corrigindo dados cadastrais.

2.10 Caso o candidato tenha realizado o pagamento da taxa de inscrição ou tenha sido isento do pagamento da taxa antes do cancelamento, esta isenção e/ou pagamento não serão considerados para a confirmação da nova inscrição, devendo o candidato gerar o boleto bancário correspondente à nova inscrição e pagar, conforme prazo estabelecido no subitem 2.12.

2.11 O valor da taxa de inscrição para este processo seletivo público será de R\$ 150,00 (Cento e cinquenta reais).

1.11 As provas e demais atos relativos ao presente processo seletivo serão realizados na Universidade Federal do Amapá, no Campus Marco Zero do Equador, localizado em Macapá - AP, no Bairro Universidade, na Rodovia JK, s/n., Km 02, sempre no horário local de Macapá.

1.12 Este edital será publicado no Diário Oficial da União e no endereço eletrônico www.unifap.br. Integram o presente Edital, os Anexos: Relação de Vagas/Perfil (Anexo I); Temas das Provas e Bibliografias sugeridas por área de conhecimento (Anexo II); Quadro de Atribuição de Pontos para Avaliação da Prova Didática (Anexo III); Quadro de Atribuição de Pontos para Avaliação de Títulos (Anexo IV); e Formulário de Recurso Administrativo (Anexo V).

2.12 Para realizar o pagamento, o candidato deverá, após ter preenchido o formulário de solicitação de inscrição on-line, gerar e imprimir o boleto bancário e pagá-lo até o dia 19 de janeiro de 2018.

2.13 A UNIFAP não enviará boleto bancário para o e-mail do candidato.

2.14 Objetivando evitar ônus desnecessário, o candidato deverá orientar-se no sentido de recolher o valor de inscrição somente após tomar conhecimento de todos os requisitos e condições exigidas para o processo seletivo.

2.15 A inscrição será considerada válida após a confirmação do pagamento do boleto pelas agências bancárias responsáveis pelo recolhimento. A relação de candidatos inscritos será divulgada no endereço eletrônico www.unifap.br/depsec, a partir do dia 26 de janeiro de 2018.

2.16 O pagamento da taxa de inscrição efetuado após o vencimento não validará a referida inscrição.

2.17 Não serão aceitos, como forma de pagamento da taxa de inscrição, comprovantes de entrega de envelope através de terminais de autoatendimento e comprovantes de agendamento de pagamento.

2.18 O recolhimento da taxa, sem o preenchimento do formulário, não servirá de confirmação da inscrição do candidato no processo seletivo.

2.19 Não serão aceitas as solicitações de inscrição, bem como os pedidos de isenção, que não atenderem ao estabelecido neste Edital.

2.20 O candidato será responsável por todas as informações prestadas no formulário de inscrição, bem como por qualquer erro ou omissão decorrente do preenchimento deste, sendo que não será efetivado o pedido de inscrição daquele que não preencher o respectivo formulário de forma correta e completa.

2.21 Após a efetivação do pagamento, não haverá devolução da importância paga, salvo em caso de cancelamento do processo seletivo por parte da Administração Pública.

2.22 A qualquer tempo, poder-se-á anular a inscrição, prova ou fase do processo seletivo, caso a UNIFAP, de ofício ou mediante provocação, tome conhecimento de vícios formais no curso do procedimento, tais como:

2.22.1 Falsidade de declarações;

2.22.2 Irregularidades nos documentos apresentados;

2.22.3 Não preenchimento completo e correto do formulário de inscrição.

2.23 A UNIFAP não se responsabilizará por solicitação de inscrição não recebida por motivo de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento de linhas de comunicação ou quaisquer outros fatores que prejudiquem a transferência dos dados.

2.24 O candidato deverá realizar inscrição para apenas uma das vagas previstas neste Edital.

2.25 Não será permitida a transferência do valor pago como taxa de inscrição para terceiros ou para outros concursos.

2.26 O candidato, pessoa com deficiência ou não, que necessitar de atendimento especial para realização da prova, deverá indicar na solicitação de inscrição as condições de que necessita para a sua realização, conforme previsto no artigo 40, § 1º e 2º, do Decreto nº 3.298/1999.



2.27 A candidata que tiver necessidade de amamentar, durante a realização das provas, deve solicitar atendimento especial para tal fim, bem como deverá levar um acompanhante que ficará em sala reservada e será responsável pela guarda da criança.

2.28 A candidata que não levar o acompanhante no dia de realização da prova não poderá permanecer com a criança no local de realização da prova.

2.29 A UNIFAP não disponibilizará acompanhantes para a guarda de crianças.

2.30 As condições especiais solicitadas serão atendidas pelos critérios de viabilidade e de razoabilidade.

2.31 A UNIFAP poderá, a seu critério e interesse, reabrir inscrições para as funções previstas neste Edital para os quais os candidatos inscritos não logrem aprovação, através de edital a ser publicado no endereço eletrônico www.unifap.br/depsec.

2.32 Não serão atendidas solicitações de alteração de dados cadastrais através de e-mail, devendo o candidato acessar a página de acompanhamento do candidato e realizar a alteração.

3 DA ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

3.1 O candidato pleiteante à isenção da taxa de inscrição deverá solicitá-la por meio do formulário de inscrição disponível no endereço www.unifap.br/depsec, a partir das 09h do dia 26 até o dia 29 de dezembro de 2017.

3.2 A seleção dos candidatos para a isenção da taxa de inscrição será de acordo com o Decreto n.º 6.593, de 02.10.2008, declarando que é membro de família de baixa renda, nos termos do Decreto n.º 6.135, de 26.06.2007, indicando no ato da inscrição, o seu Número de Identificação Social - NIS, atribuído pelo Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico).

3.3 A UNIFAP, por meio do Número de identificação Social (NIS), procederá à consulta no órgão competente, podendo o candidato ter seu pedido deferido ou indeferido, de acordo com o art. 2º do Decreto n.º 6.593/2008.

3.4 Os dados informados no ato da inscrição deverão estar em conformidade com os dados utilizados no CadÚnico, caso contrário ocorrerá inconsistência e indeferimento da solicitação.

3.5 As informações prestadas são de inteira responsabilidade do candidato.

3.6 A listagem dos candidatos cujo pedido de isenção da taxa foi deferido será publicada no endereço eletrônico Erro! A referência de hiperlink não é válida. partir do dia 04 de janeiro de 2018.

3.7 Aqueles candidatos que não obtiverem deferimento de sua solicitação de isenção da taxa de inscrição poderão validar sua inscrição com o pagamento da taxa de inscrição.

4 DOS REQUISITOS PARA A CONTRATAÇÃO

4.1 Serão exigidos antes da assinatura do contrato temporário:

4.1.1 Ter sido classificado e aprovado no processo seletivo simplificado de caráter emergencial;

4.1.2 Ter nacionalidade brasileira, ou ser naturalizado na forma da lei, ou ainda, se de outra nacionalidade, apresentar documentos que comprovem a permanência regular e definitiva no país nos termos da legislação em vigor;

2.30.14.1.3 Ter idade mínima de 18 anos completos, na data da assinatura do contrato;

2.30.24.1.4 Estar em dia com as obrigações eleitorais, exceto para estrangeiros;

4.1.5 Estar quite com o serviço militar, quando do sexo masculino, exceto para estrangeiros;

4.1.6 Os candidatos estrangeiros deverão apresentar proficiência em Língua Portuguesa por meio da certificação CELPE Bras.

4.1.7 Possuir o nível de escolaridade/titulação exigida na área de atuação, conforme indicado neste Edital (Anexo I);

2.30.34.1.8 Apresentar outros documentos que se fizerem necessários à época da contratação;

4.1.9 É proibida, nos termos do art. 6º da Lei 8.745/93, a contratação de servidores da Administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como de empregados ou servidores de suas subsidiárias e controladas.

4.1.10 Nos termos do Art. 6º, §1, I da Lei 8.745/93, excetua-se ao disposto no item anterior, condicionada à formal comprovação da compatibilidade de horários, a contratação de professor substituto no âmbito da UNIFAP, desde que o contratado não ocupe cargo efetivo integrante das carreiras de magistério superior federal.

4.1.11 Não ter sofrido, no exercício de cargo público, penalidade que o incompatibilize com o serviço público federal, como prevista no Art. 137, parágrafo único, da Lei n.º 8.112/90.

4.2 Por ocasião da contratação, o candidato convocado deverá comprovar que satisfaz aos requisitos enumerados no subitem 4.1, sob pena de não efetivação da referida avença com a UNIFAP.

5 DA RESERVA DE VAGAS AOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

5.1 De acordo com o inciso VIII, do Art. 37, da Constituição Federal, com o § 2º do Art. 5º da Lei n.º 8.112/90 e com o Decreto n.º 3.298/99, fica assegurada a reserva de vagas aos candidatos com deficiência em 5% (cinco por cento) do número de vagas para cada área oferecida neste Edital, elevando-se, quando resultar em número fracionado, até o primeiro número inteiro subsequente, desde que não ultrapasse a 20% das vagas a serem preenchidas.

5.1.1 Não haverá reserva de vagas para provimento imediato em virtude do quantitativo oferecido. Das vagas que vierem a surgir durante o prazo de validade do processo seletivo, ficará assegurada a reserva de 5% aos candidatos com deficiência, esta devidamente comprovada, conforme subitem 6.1.

5.2 O candidato que desejar concorrer às vagas reservadas para pessoas com deficiência que vierem a surgir deverá indicar a situação de deficiência no Requerimento de Inscrição. Sendo aprovado no processo seletivo, o candidato será convocado por Edital para submeter-se à Perícia Médica, que terá decisão final sobre a sua qualificação, como deficiente ou não, e sobre o grau de deficiência, com a finalidade de verificar se sua deficiência é compatível com as atribuições da área de conhecimento pelo qual optou.

5.3 Os candidatos convocados, na forma do subitem anterior, deverão comparecer à Perícia Médica munidos de documento de identificação e laudo médico atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID), bem como a provável causa da deficiência.

5.4 Os candidatos que se declararem deficientes e convocados para comparecerem à Perícia Médica e não o fizerem, perderão o direito às vagas reservadas aos candidatos em tais condições.

5.5 O candidato habilitado, cuja deficiência seja declarada pela Perícia Médica como incompatível com o exercício da função, será automaticamente excluído do certame.

5.6 O candidato habilitado, cuja deficiência não for comprovada pela Perícia Médica, concorrerá somente pela classificação geral.

5.7 As pessoas com deficiência participarão das provas do processo seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos.

5.8 Os candidatos que optaram em concorrer às vagas reservadas aos candidatos com deficiência, se habilitados no processo seletivo, concorrerão também na Ampla Concorrência.

5.9 Consideram-se candidatos com deficiência as pessoas que se enquadrarem nas categorias discriminadas no Art. 4º do Decreto n.º 3.298/99.

5.10 As vagas reservadas para candidatos com deficiência que vierem a surgir, se não providas por falta de candidatos, por reprovação ou por julgamento da Perícia Médica, serão preenchidas pelos demais candidatos, observada a ordem de classificação.

5.11 Após a investidura do candidato, a deficiência indicada para concorrer a este processo seletivo não poderá ser arguida para justificar a concessão de aposentadoria.

5.12 O candidato com deficiência poderá solicitar atendimento especial para a realização conforme subitem 2.26 deste Edital.

6 DA RESERVA DE VAGAS AOS CANDIDATOS NEGROS

6.1 De acordo com a Lei n.º 12.990/2014, fica assegurada a reserva de vagas aos candidatos negros em 20% (vinte por cento) do número total de vagas por especialidade, oferecida neste Edital. Na hipótese de quantitativo fracionado para o número de vagas reservadas, esse será elevado para o primeiro número inteiro subsequente, quando resultar em número fracionado igual ou maior que 0,5, ou diminuído para número inteiro imediatamente inferior, quando resultar em número fracionado menor que 0,5.

6.2 Em virtude do quantitativo oferecido, somente uma das áreas ofertadas neste edital terá reserva de vagas para provimento imediato. Das vagas que vierem a surgir durante o prazo de validade do processo seletivo, ficará assegurada a reserva de 20% das vagas aos candidatos negros, conforme subitem 6.1 deste edital.

6.3 O candidato que desejar concorrer às vagas reservadas aos negros deverá, no ato da inscrição, assinalar esta opção e, caso seja convocado, juntar documentação comprobatória de que é preto ou pardo, conforme quesito cor ou raça, utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

6.4 As informações prestadas no momento da inscrição são de inteira responsabilidade do candidato e, na hipótese de constatação de declaração falsa, o candidato será eliminado do processo seletivo e, se houver sido convocado, ficará sujeito à anulação da sua admissão a função de professor substituto, após procedimento administrativo em que lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

6.5 A opção para concorrer às vagas reservadas aos negros estará disponível também nas áreas em que não há a reserva de vagas para provimento imediato. Neste caso a opção do candidato será considerada no caso de surgirem vagas durante o prazo de validade do Processo Seletivo.

6.6 Os candidatos que optaram em concorrer às vagas reservadas aos candidatos negros, se habilitados no processo seletivo, concorrerão também na Ampla Concorrência.

6.7 As vagas reservadas para candidatos negros, se não providas por falta de candidatos ou por reprovação serão preenchidas pelos demais candidatos, observada a ordem de classificação.

7 DA BANCA EXAMINADORA

7.1 A Banca Examinadora será composta por 3 (três) membros vinculados à área de conhecimento, ou áreas afins, de que é objeto o Processo Seletivo, indicados pelo respectivo Colegiado de Curso, e escolhidos, a critério da COPS/DEPSEC/UNIFAP, preferencialmente, entre docentes de instituições oficiais de ensino superior e que não possuam parentescos, relações de orientação (seja no âmbito de Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação ou Especialização, tese de doutorado, dissertação de mestrado, ou iniciação científica), ou publicações conjuntas em relação aos candidatos.

7.2 Os membros da Banca Examinadora serão designados por portaria da Pró-Reitoria de Graduação.

7.3 Os membros suplentes substituirão os titulares em suas impossibilidades ou impedimentos.

7.4 A presidência da Banca Examinadora será exercida pelo membro com maior titulação. Caso mais de um membro tenha a mesma titulação, presidirá a Banca aquele com maior tempo de serviço no magistério superior na UNIFAP.

8 DO PERÍODO DAS PROVAS

8.1.1 Os cronogramas de aplicação das provas didática e de títulos serão publicados no site www.unifap.br/depsec.

8.1.2 O cronograma da prova didática e da entrega de títulos será publicado a partir do dia 30 de janeiro de 2018, com pelo menos cinco dias corridos de antecedência da data da realização da prova didática.

8.1.3 As informações sobre os locais de realização das etapas do Processo Seletivo serão divulgadas no endereço eletrônico www.unifap.br/depsec, com no mínimo 24 horas de antecedência.

8.1.4 As datas de divulgação dos cronogramas poderão ser alteradas em virtude da quantidade de inscritos ou pela conveniência administrativa da Universidade, sendo sempre divulgadas no endereço eletrônico www.unifap.br/depsec.

8.1.5 O acompanhamento de editais, avisos e comunicados referentes ao processo seletivo é de responsabilidade exclusiva do candidato.

8.2 DAS PROVAS

8.2.1 O presente Processo Seletivo constará das seguintes provas:

a) Prova Didática (eliminatória e classificatória);

b) Prova de Títulos (classificatória);

8.2.2 A lista de temas, acompanhada de sugestão bibliográfica para a realização da prova, consta no Anexo II deste Edital.

8.2.3 Em hipótese alguma haverá segunda chamada para a prova e o não cumprimento das regras previstas neste Edital implicará em eliminação do candidato.

8.2.4 De todas as provas serão lavradas atas que deverão mencionar as ocorrências relevantes durante sua realização para fins de registro e comprovação, contendo assinatura dos membros da banca examinadora.

8.2.5 Os candidatos deverão comparecer aos locais designados para as provas munidos de documento de identidade original, atualizado, com foto que bem o identifique e comprovante de confirmação de inscrição.

8.2.6 Serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos, etc.); passaporte brasileiro; certificado de reservista; carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação com foto (somente o modelo aprovado pelo artigo 159 da Lei n.º 9.503, de 23 de setembro de 1997).

8.2.7 Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiras de motorista que não atendam ao artigo 159 da Lei n.º 9.503, de 23 de setembro de 1997, carteiras de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade, nem documentos ilegíveis, não identificáveis e/ou danificados.

8.2.8 Não será aceita cópia de documento de identidade, ainda que autenticada, nem protocolo de quaisquer tipos de documentos.

8.2.9 Por ocasião da realização das provas, o candidato que não apresentar documento de identidade original, na forma definida no subitem 8.2.6 deste Edital, não poderá fazer as provas e será automaticamente eliminado do Processo Seletivo.

8.2.10 Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização das provas, documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido no período máximo de 30 (trinta) dias para a realização da prova, ocasião em que será submetido à identificação especial, compreendendo coleta de dados, de assinaturas e de impressão digital em formulário próprio.

8.2.11 A identificação especial será exigida, também, ao candidato cujo documento de identificação apresente dúvidas relativas à fisionomia ou à assinatura do portador.

9 DA PROVA DIDÁTICA

9.1 A prova didática tem como objetivo avaliar a capacidade de planejamento de aula, de transposição didática de conteúdos e saberes, de comunicação e síntese do candidato, bem como seu conhecimento do conteúdo referente ao tema sorteado.

9.2 A prova didática consistirá de uma aula proferida para o nível de graduação, no tempo mínimo de 40 (quarenta) e máximo 50 (cinquenta) minutos, versando o conteúdo do tema (conforme Anexo II deste Edital), sorteado com pelo menos 24h (vinte e quatro horas) de antecedência de sua realização, em horário e local a ser publicado no site www.unifap.br/depsec. Caso o candidato não respeite os limites de tempo estipulados neste subitem, será eliminado.

9.3 Poderão ser utilizados quaisquer recursos didáticos compatíveis, cabendo ao candidato providenciar, por seus próprios meios, a obtenção, instalação e utilização do equipamento necessário. O candidato terá até 10 minutos para a instalação dos recursos que serão utilizados. Ao final desse prazo o candidato deverá iniciar imediatamente a sua aula.

9.4 Para o sorteio do tema da prova didática serão considerados os temas dispostos no Anexo II.

9.5 Para cada área/dia/turno da prova didática, será sorteado, em sessão pública, um número de 1 a 10, pelo menos 24 horas antes da realização da prova didática. O tema para cada área/dia/turno será o correspondente ao número sorteado, de acordo com a relação de temas da respectiva área, conforme Anexo II.

9.6 Nas áreas com mais de 4 (quatro) candidatos para a prova didática, estes serão divididos em grupos de acordo com a ordem de inscrição. A relação de grupos será publicada no site www.unifap.br/depsec.

9.7 Todos os candidatos deverão estar presentes e assinar a lista de presença na hora marcada para o início da prova didática, sendo considerado desistente o que estiver ausente.

9.8 Os candidatos habilitados à prova didática ficarão confinados em uma sala própria, aguardando o seu horário de prova de acordo com a ordem de apresentação sorteada pela Banca Examinadora.

9.9 O candidato deverá ficar isolado, sem consulta de material bibliográfico ou equipamentos eletrônicos, durante as apresentações que antecederem a sua própria apresentação.

9.10 A prova didática será realizada em sessão pública e será gravada para fins de registro. No início da aula, o candidato lerá a declaração informando o horário do início da aula e, ao final, o horário do término da mesma.

9.11 É vedado aos demais candidatos de uma mesma área assistirem à prova de outro candidato concorrente.

9.12 Na avaliação da prova didática, cada membro da Banca Examinadora atribuirá ao candidato uma nota de 0 (zero) a 10 (dez), conforme anexo III.



9.13 A nota final da prova didática será a média aritmética das notas atribuídas ao candidato, calculada até a segunda casa decimal, sem arredondamento.

9.14 Será eliminado o candidato que obtiver média inferior a 7,0 (sete) pontos inteiros.

9.15 O Resultado da prova didática será publicado dentro de, no máximo, 24h (vinte e quatro horas) após a realização da mesma. Nas áreas com mais de um grupo, o resultado será divulgado em até 24 horas após a apresentação do último grupo.

10 DA PROVA DE TÍTULOS

10.1 A Prova de Títulos, de caráter classificatório, constará do exame dos títulos apresentados pelos candidatos classificados na prova didática e será realizada em sessão não pública.

10.2 Os candidatos classificados na prova didática deverão apresentar cópias da documentação prevista para a pontuação na prova de títulos, organizada conforme o Anexo IV deste Edital, em três vias, acompanhadas dos originais a fim de certificação pelo servidor responsável pelo recebimento, em data prevista conforme cronograma disponível no site: www.unifap.br/depsec.

10.3 Os documentos apresentados pelos candidatos, em três vias, deverão estar dispostos conforme a ordem descrita no Anexo IV e acompanhados do formulário constante no Anexo IV preenchido e pontuado pelo próprio candidato segundo sua previsão de pontuação. Todos os documentos devem estar encadernados e paginados pelo próprio candidato na seguinte ordem: formulário do Anexo IV preenchido pelo candidato e documentos comprobatórios da titulação/atividades do candidato, sob pena de não ser aceita pela Comissão de Operacionalização de Processo Seletivo - COPS.

10.4 Além das três vias, necessariamente deverão ser apresentados os originais dos documentos. Não serão aceitas cópias autenticadas por nenhum meio, especialmente quanto à identificação pessoal e titulação do candidato.

10.5 Dentre os documentos, os candidatos deverão apresentar, necessariamente:

- Cédula de Identidade.
- Diploma da Graduação.
- Título (s) de Pós-Graduação, acompanhado (s) do (s) respectivo (s) histórico (s) escolar(es).

10.6 Na hipótese de o candidato ainda não possuir documento comprobatório da pós-graduação stricto sensu, poderá apresentar cópia da Deliberação de Homologação/Ata de Defesa assinada pelo coordenador do programa de pós-graduação Stricto sensu cursado, sem registro de ressalvas, juntamente com o histórico, acompanhados dos documentos originais, com data de emissão não superior a seis meses da data da inscrição no Processo Seletivo.

10.7 Na hipótese de o candidato ainda não possuir documento comprobatório da pós-graduação lato sensu realizada em instituições credenciadas, poderá apresentar declaração, emitida pela instituição onde cursou a pós-graduação, juntamente com o histórico, acompanhados dos documentos originais, com data de emissão não superior a seis meses da data da inscrição no processo seletivo.

10.8 Para atribuir a pontuação referente ao julgamento de títulos e trabalhos, os examinadores deverão utilizar os critérios contidos no Anexo IV deste Edital.

10.9 No julgamento de títulos, só serão considerados aqueles vinculados à área de conhecimento de que é objeto o Processo Seletivo e conforme os critérios estabelecidos no Anexo IV deste Edital.

10.10 No que se refere à titulação será computada na pontuação apenas a de maior titulação, uma única vez e desde que atenda ao perfil para vaga presente no Anexo I.

10.11 Excetuando-se a titulação de doutorado, mestrado e especialização, só serão considerados para pontuação da prova de títulos aqueles documentos vinculados à área de conhecimento de que é objeto o processo seletivo e dos últimos 05 (cinco) anos que antecederem a convocação para a prova de títulos.

10.12 Após o exame dos títulos do candidato, a banca examinadora atribuir-lhe-á uma nota, na escala de 0 (zero) a 10 (dez), datando e assinando o formulário respectivo.

10.13 Não será atribuída nenhuma pontuação ao candidato que:

10.14 Não atender ao perfil da vaga, conforme solicitado no edital;

- Não entregar os títulos no prazo previsto;
- Não atender aos itens 10.2 e 10.3 em sua totalidade.

10.15 A nota final da prova de títulos será a média aritmética das notas atribuídas ao candidato, calculada até a segunda casa decimal, sem arredondamento.

10.16 Concluída a avaliação das Provas de Títulos, será disponibilizado o resultado obtido por cada candidato no endereço eletrônico www.unifap.br/depsec, no máximo 24h (vinte e quatro horas) após a realização da mesma.

10.17 O candidato aprovado que não apresentar a documentação comprobatória da titulação, de acordo com o Anexo I do Edital, se convocado, deverá providenciá-la até a data prevista para a contratação sob pena de se tornar sem efeito o seu ato de provimento.

11 DO RESULTADO FINAL

11.1 A classificação final do Processo Seletivo é resultante da somatória das notas obtidas nas provas didática e de títulos.

11.2 Em caso de igualdade de pontuação no resultado final serão observados os critérios de desempate.

12 DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

- Em caso de empate terá preferência o candidato:
 - mais idoso, nos termos do art. 27, parágrafo único, da Lei n.º 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso);
 - com maior média na prova didática;
 - com maior pontuação na prova de títulos;
 - com maior tempo de Magistério em Instituição de Ensino Superior (pública ou privada);

13 DOS RECURSOS

13.1 Serão aceitos recursos administrativos (Anexo V), sem efeito suspensivo, de todas as fases do processo seletivo, sempre no prazo de 02 (dois) dias úteis após a divulgação do resultado da respectiva etapa.

13.2 O recurso será julgado no prazo máximo de cinco dias úteis, contados após o término do prazo para recorrer.

13.3 O recurso deverá ser protocolado no horário das 08h às 20h, dirigido à Presidência da Comissão do Processo Seletivo, no Protocolo Geral da Universidade Federal do Amapá - UNIFAP, localizado no Prédio da Reitoria, térreo, Campus Marco Zero, Rodovia JK, Km 02, s/n., bairro Universidade, Macapá - AP.

13.4 Após análise, as respostas aos recursos ficarão disponíveis individualmente aos candidatos recorrentes pelo prazo de 15 (quinze) dias úteis a contar do término do prazo do julgamento. O candidato poderá retirar a resposta ao seu recurso no DEPSEC/UNIFAP, no campus Marco Zero.

13.5 Não será aceito recurso enviado por fax ou por e-mail.

13.6 Não será conhecido o recurso extemporâneo, inconsistente, que não atenda às exigências e especificações estabelecidas neste Edital ou em outros editais que vierem a ser publicados.

13.7 Em hipótese alguma será conhecido pedido de revisão de recurso.

14 DA HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

14.1 O Edital de Homologação do resultado final do Processo Seletivo contemplará a relação dos candidatos aprovados no certame, relacionados em ordem decrescente de classificação.

14.2 O Edital de Homologação será publicado no Diário Oficial da União e no endereço eletrônico www.unifap.br/depsec.

15 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 A UNIFAP poderá publicar comunicados e normas complementares a este edital.

15.2 Anular-se-á sumariamente, sem prejuízo de eventuais sanções de caráter penal, a inscrição e todos os atos dela decorrentes, se comprovada falsidade ou inexatidão da prova documental apresentada pelo candidato e, ainda, se instado a fazê-lo, ele não comprovar a exatidão de suas declarações.

15.3 A admissão importa no compromisso do candidato habilitado de acatar as normas estabelecidas pela legislação em vigor e atuar nas atividades acadêmicas, prioritariamente as de ensino, determinadas pela respectiva Coordenação de Curso, Departamento Acadêmico ou PROGRAD.

15.4 A classificação no processo seletivo não assegura ao candidato direito subjetivo ao ingresso no Serviço Público Federal, mas apenas a expectativa de ser contratado temporariamente, observada a ordem classificatória, ficando a admissão condicionada à observância das disposições legais pertinentes e, sobretudo, ao predomínio interesse da Administração Pública.

15.5 O prazo de validade do processo seletivo será de 1 (um) ano, prorrogável por igual período, contado a partir da publicação da homologação de seu resultado no Diário Oficial da União.

15.6 As vagas mencionadas no presente Edital são para contratação de professor substituto conforme o prazo de validade do Processo Seletivo e necessidade da Administração Pública.

15.7 Considerando o número de vagas a serem providas por área de conhecimento, não haverá reservas de vagas para pessoas com deficiência na forma do Decreto n.º 3.298/99.

15.8 O candidato aprovado no presente certame poderá ser chamado para ocupar vaga diferente daquela para a qual prestou o processo seletivo, desde que seja para a função idêntica e preenchidos os requisitos do Edital, sempre respeitando estritamente a ordem de classificação dos candidatos e desde que para a vaga para a qual está sendo chamado não tenha havido candidatos aprovados.

15.9 O prazo para impugnação do presente Edital é de 5 (cinco) dias úteis, contados de sua publicação.

15.10 Todos os documentos relativos ao presente processo seletivo, inclusive aqueles entregues pelos candidatos, constituem propriedade do DEPSEC/UNIFAP, não sendo devolvidos, em nenhuma hipótese, podendo ser fornecidas cópias a requerimento do candidato.

15.11 Os documentos relativos ao presente processo seletivo ficarão arquivados pelo prazo de 06 (seis) meses a contar da publicação do edital de homologação do resultado final. Após, serão incinerados.

15.12 Os casos omissos serão dirimidos pela Comissão de Operacionalização do Processo Seletivo - COPS, ouvida a Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PROGRAD).

DAIZE FERNANDA WAGNER SILVA
Pró-Reitora

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

EXTRATOS DE CONTRATOS

~~CPSPS N.º 388 - PROCESSO N.º 23115.002706/2017-71 - LOCATÁRIO: Universidade Federal do Maranhão. LOCADOR: BEATRIZ DE JESUS SODRÉ DURANS. Objetivo: Ministar aulas como Professor Substituto. VALOR MENSAL: Equivalente a Professor do nível inicial da Classe A denominação AUXILIAR (ESPECIALIZAÇÃO). PRAZO DE VIGÊNCIA: vigerá a partir do início de suas atividades, este limitado ao prazo de 6 (seis) meses, podendo ser prorrogável por igual período. DATA DA ASSINATURA: 19 de dezembro de 2017~~

~~CPSPS N.º 393 - PROCESSO N.º 23115.009867/2017-95 - LOCATÁRIO: Universidade Federal do Maranhão. LOCADOR: RAIBEL DE JESUS ARIAS CANTILLO. Objetivo: Ministar aulas como Pro-~~

~~fessor Substituto. VALOR MENSAL: Equivalente a Professor do nível inicial da Classe A denominação ADJUNTO-A (DOCTORADO). PRAZO DE VIGÊNCIA: vigerá a partir do início de suas atividades, este limitado ao prazo de 6 (seis) meses, podendo ser prorrogável por igual período. DATA DA ASSINATURA: 20 de dezembro de 2017~~

RESULTADO DE HABILITAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 6/2017

~~O Vice-Reitor no Exercício da Reitoria adota entendimento exarado pela Comissão Especial de Licitação, assim INDEFERE Recurso Administrativo apresentado pelas empresas: SETE ENGENHARIA LTDA e FC ENGENHARIA LTDA na Concorrência 06/2017-SIDEC-06/2017.~~

~~EDUARDO ATANAEL SANTOS SILVA
Suplente da Comissão Especial de Licitação~~

~~(SIDEC 27/12/2017) 154041-15258-2017NE900031~~

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 72/2017

~~A empresa LETTEL DISTRIBUIDORA DE TELEFONIA LTDA, inscrita no CNPJ nº 07.789.113/0001-67, foi declarada vencedora do certame nos grupos 01 e 02.~~

~~VITOR DAVI BARROS DE SOUZA
Pregoeiro~~

~~(SIDEC 27/12/2017) 154041-15258-2017NE800121~~

PRÓ REITORIA DE ENSINO

EXTRATO DE CONVÊNIO

~~CV N.º 005.134.154.2017 - CONVENIENTES: Convenio que entre si celebram a Universidade Federal do Maranhão - UFMA e Jeová Barbosa Engenharia LTDA. Objetivo: Concessão de Estágio. DATA DE ASSINATURA: 29 de novembro de 2017.~~

EDITAL Nº 239, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

~~A PRÓ-REITORA DE ENSINO, em exercício, da Universidade Federal do Maranhão, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria GR nº 274 - MR, de 29 de abril de 2016 torna público, para conhecimento dos interessados, o resultado do Processo Seletivo Simplificado para contratação de Professor Substituto, aberto por meio do Edital nº 195/2017-PROEN, conforme a seguir:~~

1. CAMPUS DE BALSAS

1.1 COORDENAÇÃO DO CURSO DE ENGENHARIA CI-

VII

| Área/Subárea do Seletivo | Candidato(s) Aprovado(s) |
|--------------------------|---------------------------|
| ENGENHARIA CIVIL | EDIMO JOSÉ VAZ - 1º lugar |

~~SILVIA CRISTINA DUAILIBE COSTA~~

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

EDITAL Nº 192, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017 RETIFICAÇÃO DO EDITAL UFMS Nº 163, DE 3/11/2017

~~A Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), por meio da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPP), torna pública a RETIFICAÇÃO do Edital UFMS 163/2017 - Processo Seletivo de Professor Visitante Estrangeiro - de 03 de novembro de 2017, conforme disposições abaixo:~~

~~1. Alterar o Item 3.3 do Edital UFMS 163/2017, que passa a conter o seguinte texto:~~

~~3.3. No ato da contratação, conforme § 7º do artigo 2º da Lei n. 8.745/93, o candidato deverá ter os seguintes requisitos mínimos de titulação e competência profissional:~~

- ser portador do título de doutor, no mínimo, há 2 (dois) anos;
- ser docente ou pesquisador de reconhecida competência em sua área; e
- ter produção científica relevante, preferencialmente nos últimos 5 (cinco) anos.

~~2. Alterar o Item 5.5 do Edital UFMS 163/2017, que passa a conter o seguinte texto:~~

~~5.5. A Tabela 2 deve ser preenchida pela UAS pela qual o candidato está sendo indicado e deve acompanhar a comprovação dos itens a serem pontuados. As publicações em veículos sem classificação Qualis poderão ser considerados pelo CTC em função de seu fator de impacto indexado no Journal of Citation Reports (JCR) ou de seu Índice H5 no Google Scholar. Artigos publicados em conferências poderão ser considerados em áreas onde há Qualis para conferências.~~

~~NALVO FRANCO DE ALMEIDA JUNIOR
Pró-Reitor~~